

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Cardápio

Entre os acenos que fez ao mercado nesta quarta (21) durante o almoço com empresários no Esfera Brasil, o futuro presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, também defendeu as concessões. Disse que são um modelo exitoso e que os governos petistas fizeram mais concessões do que as gestões Bolsonaro e Fernando Henrique. "Em muitas áreas, a concessão é bem-vinda, e o BNDES pode ajudar a desenhar o projeto. Pode, inclusive, inovar na forma de financiamento", disse.

MOTORISTA "Por exemplo, em vez de você exigir a garantia da empresa, você tem como garantia o próprio pedágio. Então, está garantido o pagamento do financiamento", afirmou Mercadante.

PISTA Em sua defesa das concessões rodoviárias, ele também disse que o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) não tem recursos para fazer a manutenção das estradas federais. "Cai ponte, tem buraco na estrada etc, o estado não tem condições", ele afirmou a empresários.

CADEIRA No evento da Esfera, que foi visto como chance de aparecer a vista após a repercussão negativa com que o mercado recebeu sua nomeação, Mercadante também disse que não quer BNDES do passado, exaltou pequenas empresas e economia verde. Conforme o PAINEL S.A. antecipou, ele convidou nomes da nova diretoria do banco, como José Gordon (Embrapii), Natalia Dias (Standard Bank), e Luciana Costa (Natixis).

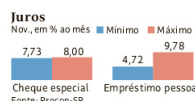
ENCOMENDA Tramita na Alesp um projeto que lei que, se aprovado, vai mexer com o funcionamento dos apps de entrega em São Paulo. Caso a proposta avance, os entregadores terão de usar em suas mochilas ou baús uma etiqueta equipada com um chip de segurança e um QR code que deverão ser colocados na parte traseira, em local visível.

NO MAPA O fornecimento dessa etiqueta caberá às empresas, que também precisarão manter um cadastro desses trabalhadores e de seus veículos, sejam motocicletas, bicicletas ou patinetes, com detalhes como cor, modelo, placa e chassis, se houver.

ENDEREÇO As associações que representam os principais aplicativos de entrega dizem que o projeto cria burocracia e é uma solução análoga. No adesivo, deverá constar dados do entregador, como nome completo, validade do cadastro, número de identificação e a logomarca da empresa. O tamanho da etiqueta ainda será definido em regulamentação posterior, de acordo com o projeto de lei.

com Fernanda Brigatti

INDICADORES



Contribuição à Previdência
Competência novembro

Autônomo e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.212,00	20%	R\$ 242,40
Valor máx.	R\$ 7.087,22	20%	R\$ 1.417,44	

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 dez.

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.212 5% R\$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.212,00	7,5%
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	9%
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03	12%
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 dez. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

ASFALTO Com a saída de Bolsonaro, a indústria de pneus no Brasil se movimentou para levar ao novo governo as queixas do setor, cujos números despencaram após o fim do imposto de importação. A medida foi adotada no ano passado em meio a ameaças de greves de caminhoneiros.

ACOSTAMENTO Segundo a Anip (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos), em novembro, os pneus de carga registraram quedas de 19,5% ante o mesmo mês de 2020 e de 9,5% em relação a novembro de 2021. Na comparação com outubro, o recuo ficou em 6,5% nas vendas para reposição e em 2,9% nas vendas para montadoras.

ESTRADA Para Klaus Müller, presidente da Anip, a perspectiva para o fechamento do ano é negativa. Ele diz que "um dos principais fatores da retração é o impacto da alíquota zero para importação de pneus de carga, que vem desequilibrando o mercado". Segundo a Anip, o cenário já foi levado ao governo de transição.

PAPAINOEL Falta de dinheiro, de vontade, dívidas e os preços são as razões pelas quais os consumidores não compram presentes de Natal neste ano. Segundo levantamento do Reclame Aqui com 10 mil pessoas, 75,5% decidiram não presentear em 2022. O resultado supera os 67% de 2021.

AMIGO SECRETO Entre os que querem ir às compras, 53% ainda não tinham feito suas escolhas até a semana passada, quando o levantamento foi realizado. O valor ficará entre R\$ 100 e R\$ 300 para 30% dos entrevistados. Para cerca de 25%, vai até R\$ 100.

VERDE Cotada para retornar ao comando do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva participa de evento sobre a agenda do agro e do clima nesta quinta-feira (22). Vai debater com José Carlos da Fonseca Jr., diretor do Ibd, e Beto Mesquita, da BVRio. O encontro, promovido pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, acontece no momento em que a ex-ministra enfrenta reações dentro do PT com questionamentos sobre resistências no agro.

Imposto de Renda

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos
Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.433,73	Valor, em R\$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 dez. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Haddad fala em proposta de regra fiscal 'consistente e viável' no 1º semestre

Para futuro ministro da Fazenda, duração da PEC de um ano acelera ritmo de apresentação do novo dispositivo

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta quarta-feira (21), após a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastança, que pretende enviar ao Congresso uma proposta de novo arcabouço fiscal "boa, consistente e viável" no primeiro semestre de 2023.

O ex-prefeito de São Paulo disse também estar satisfeito com a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados.

"Nós ficamos na neutralidade fiscal, com os R\$ 145 bilhões, e desconstitucionalizamos o teto [de gastos] para aprovar um novo arcabouço fiscal, que eu pretendo mandar para o Congresso ainda no primeiro semestre do ano que vem, para dar tempo de o Congresso ter pelo menos seis meses para se debruçar sobre o tema. Se eu puder mandar antes, melhor", disse.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados amplia o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação, em R\$ 145 bilhões no próximo ano — e não por dois anos, como previa a versão que passou pelo Senado. A PEC também autoriza outros R\$ 23 bilhões em investimentos fora do limite de despesas.

Com o espaço no teto, o governo eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende pagar os R\$ 600 da Bolsa Família e mais R\$ 150 para cada família com crianças de até seis anos.

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ainda deve recomendar programas, como o Farmácia Popular, e reajustar o salário mínimo acima da inflação.

O governo eleito deve apresentar, até o fim de agosto de 2023, uma proposta de nova âncora fiscal em substituição ao teto de gastos por um projeto de lei complementar. O dispositivo chegou a ser questionado pelo partido Novo, mas o destaque foi mantido.

"Chegamos a 366 votos em um dos destaques, estamos falando de 70% da Câmara dos Deputados. Como alguém pode achar que isso tem algum traço de aventura ou de irresponsabilidade?"

Segundo Haddad, a redução do tempo da PEC não é negativa e não muda o desenho do novo arcabouço fiscal, apenas antecipa a apresentação de uma nova proposta de regra fiscal.

"Só acelera o ritmo, vamos ter de nos debruçar com mais intensidade para poder remeter [o projeto de lei complementar] ao Congresso o quanto antes. O quanto antes eu encaminhar, menos pressão sobre o Congresso, mais tempo disponível vai ter para se debruçar sobre o assunto", afirmou.

O futuro ministro afirmou ainda que pretende conversar com economistas de diferentes escolas para chegar a uma fórmula "robusta", que "estabilize as contas públicas e que seja crível".

"No ano que vem, em vez de aprovar nova PEC para o Orçamento de 2024, podemos aprovar novo arcabouço para durar 10 ou 15 anos, como até hoje dura a Lei de Responsabilidade Fiscal", disse.

Haddad comemorou o apoio obtido pelo governo eleito no Congresso para o avanço da PEC para ser reanalisada pelo Senado.

No segundo turno, a proposta foi aprovada por 331 a 163 votos. A promulgação deve ocorrer nesta quinta-feira (22), mesma data em que está prevista a votação do Orçamento de 2023.

Para ele, a votação da PEC serviu como um "piloto para verificar a consistência da base de sustentação" para o futuro governo. "À extrema direita ficou restrita a 130 votos. Isso é demonstração de que a



frete ampla está funcionando", acrescentou.

O futuro chefe da pasta econômica ainda fez um aceno ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), ao agradecer pela abertura de diálogo dos líderes e criticou os parlamentares da base do atual governo.

"Lamentei muito verificar que base do atual governo votou contra o Bolsa Família depois de ter dito durante a campanha que ele não ia ser cortado a partir de janeiro. Fiquem um pouco perplexos com o comportamento".

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT)
Tom Molina
- 19 dez. 22/
Fotoarena/Agência O Globo

Projeto que permite fiscalização privada do agronegócio vai para sanção presidencial

João Gabriel

BRASÍLIA O Senado aprovou, na terça-feira (20), o projeto de lei que isenta o Estado da responsabilidade de fiscalização sanitária do agronegócio e permite que tal atividade seja feita pela iniciativa privada.

A proposta já fora aprovada, de forma terminativa, na Comissão de Reforma Agrária (CRA), mas foi apresentada ao requerimento para que o texto passasse pelo plenário.

Apreciação do projeto, batizado por críticos de PL do Autocritério, ocorre em meio a um acordo entre aliados do governo eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a bancada ruralista por sua aprovação.

Também fez parte do arranjo o avanço do projeto que flexibiliza as restrições para o uso de agrotóxicos, o chamado por ambientalistas de PL do Veneno, que foi votado na mesma comissão na segunda (19), em reunião extraordinária.

O Ministério da Agricultura pediu a interlocutores de Lula com o agronegócio que aproveitassem as negociações em torno da PEC da Gastança para dar andamento a ambos os textos.

As duas propostas integram

um pacote apelidado de "boia-dinhas", grupo de matérias de impacto ambiental que avançam no Senado sem a obstrução ou mesmo com a complacência do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Algumas dessas propostas, incluindo a que flexibiliza a fiscalização sobre frigoríficos, driblaram a Comissão do Meio Ambiente, ao não serem debatidas por ela.

O texto permite que a iniciativa privada faça a fiscalização da atividade agropecuária, por exemplo de frigoríficos de carne, atividade que hoje é de responsabilidade do Estado.

Apenas a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) e o senador Jean Paul Prates (PT-RN) foram contra o projeto, que agora segue para sanção.

Na sua justificativa, o governo alega que não tem atualmente os recursos necessários para realizar a fiscalização. Na prática, serão empresas contratadas pelos próprios frigoríficos quem vão monitorar as normas sanitárias da atividade. Críticos afirmam ainda que o projeto pode sufocar pequenos produtores, que podem não ter recursos para realizar a operação.

"Permitir que um vendedor

seja o responsável por atestar a conformidade legal da sua própria mercadoria é algo estranho sob qualquer ótica. Quando se trata de alimentos, é algo completamente inaceitável e ameaça a segurança sanitária de toda a sociedade".

Uma nota técnica assinada por cinco procuradores do Ministério Público do Trabalho afirma ainda que o projeto "transfere para o setor privado o poder de fiscalização e dificulta a identificação e punição de fraudadores em caso de adulteração de produtos como leite, queijos, mel, azeite, frangos e congelados, carnes e bebidas em geral".

Já o projeto de lei que flexibiliza as restrições contra agrotóxicos foi aprovado na CRA na segunda, em reunião extraordinária, marcada de última hora. Há reação por parte de ruralistas que projetos com impacto ambiental, como esses, tenham mais dificuldade para tramitar e possam até ser vetados pelo futuro presidente Lula — já o chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), tem incentivado pautas ligadas ao agronegócio.

“

Permitir que um vendedor seja o responsável por atestar a conformidade legal da sua própria mercadoria é algo estranho sob qualquer ótica. Quando se trata de alimentos, é algo completamente inaceitável e ameaça a segurança sanitária de toda a sociedade

Kenzo Jucá
consultor legislativo do ISA
(Instituto Socio-ambiental)